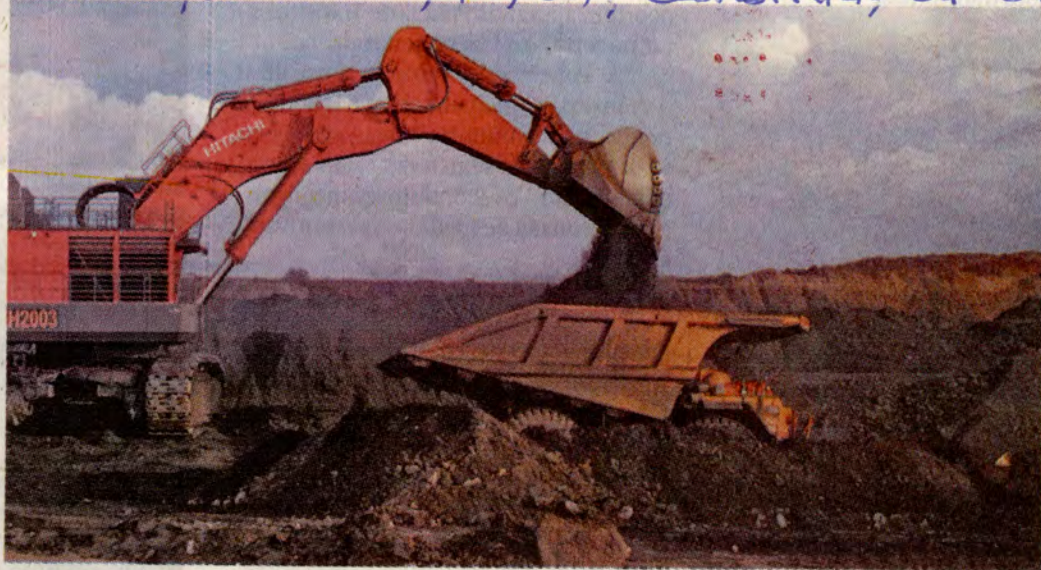


Fraca transparência na indústria extractiva preocupa sociedade civil

Notícias, 23.12.2019; Págs. 04; Economia; Ed. 39867

A SOCIEDADE civil moçambicana, que advoga maior transparência na governação da indústria extractiva, está preocupada com os níveis de incumprimento de normas exigidas como “standards” para a transparência no sector. A preocupação foi manifesta esta semana, em Maputo, pelo director da KIWUKA, Camilo Nhancale, uma organização da sociedade civil, membro do Comité de Coordenação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique (ITIEM). “Notamos que temos grandes desafios na indústria extractiva em Moçambique. Persistem problemas de coordenação para a implementação dos requisitos para a garantia da transparência no sector dos recursos naturais no país, com fraca cultura de prestação de contas e de acesso à informação” disse Nhancale, durante o seminário de diálogo sobre a governação da indústria extractiva em Moçambique. A fonte avançou a necessidade de uma reforma legislativa no sector, apontando o código comercial em vigor em Moçambique, como uma das principais barreiras que pode estar a



O estágio actual de implementação da iniciativa de transparência é de desafio

dificultar a implementação das medidas de transparência na indústria extractiva, por estar desajustado à realidade actual. “O nosso código comercial prevê sociedades anónimas e um dos requisitos da transparência na indústria extractiva é a propriedade beneficiária que obriga que os donos das empresas, que exploram os recursos em Moçambique, sejam tornados públicos, mas, ao mesmo tempo, o modelo de registo de empresas no sector, que é por cotas, veda essa possibilidade”, anotou.

“Tem que haver uma reforma e um debate aberto sobre esses aspectos que constituem barreiras para a transparência” vincou. Segundo Nhancale, existe nas entidades do sector da indústria extractiva uma cultura de não disponibilização de informação de interesse público, mesmo com a lei de acesso à informação recentemente aprovada no país, e essa prática constitui também barreira na implementação da iniciativa de transparência na indústria extractiva. “As nossas entidades e insti-

tuições têm dificuldades de perceber o que é confidencial e o que não é”, reiterou. Por sua vez, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia, através do seu porta-voz, Eugénio Simbine, garante que o Governo moçambicano tem vindo a cumprir as normas e procedimentos para a transparência no sector e, anualmente, tem vindo a registar avanços nesse sentido. “O estágio actual de implementação da iniciativa de transparência é de desafio porque a sua

implementação é dinâmica. O país já esteve num estágio de cumpridor e a última avaliação diz que, o mesmo, tem um progresso significativo”, disse a fonte citada pela AIM. A fonte reconhece haver desafios que precisam de ser ultrapassados, mas realça que o Governo tem sempre procurado envolver todos os actores do sector, nomeadamente a sociedade civil e as empresas, no debate sobre as perspectivas da indústria extractiva. Reconheceu, porém, que há aspectos a serem melhorados na própria legislação. “Reconhecemos que há necessidade da reforma da legislação, mas como devem perceber a alteração de um código comercial não se faz de um dia para o outro” anotou. Simbine avançou ainda que o sector da indústria extractiva, num futuro breve, poderá contribuir com peso na ordem de 30 por cento no Produto Interno Bruto (PIB), a avaliar pelas projecções macroeconómicas e em função dos investimentos relativamente aos projectos de petróleo e gás nas bacias do Rovuma, na província de Cabo Delgado.